

Kompass  
Companhia  
Securitizadora de  
Créditos  
Financeiros

**Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2021**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>12</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>13</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas da  
Kompas Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros  
São Paulo – SP**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Kompas Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Kompas Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Valorização de Cédulas de Crédito Bancário

Veja a Nota 5 das demonstrações financeiras

### Principais assuntos de auditoria

### Como auditoria endereçou esse assunto

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 95,58% de seus ativos representados por Cédulas de Crédito Bancário (“CCBs”), mensurados ao custo amortizado.

Desta forma, a Companhia calcula o custo amortizado com base em parâmetros determinados no contrato de emissão da CCB.

Devido à relevância do saldo destas CCBs em relação às demonstrações financeiras, esse assunto foi considerado como significativo para nossa auditoria.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:

- Avaliamos se as CCBs atendem aos critérios estabelecidos no CPC 48 - Instrumentos Financeiros de modelo de negócio e somente pagamento de juros e principal para a classificação de ativo financeiro ao custo amortizado;
- Com auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, comparamos os dados e premissas utilizados pela administração na preparação do cálculo do custo amortizado – tais como a taxa e índice de remuneração – com aqueles determinados no contrato de emissão da CCB;
- Com auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, reperformamos o cálculo do valor do custo amortizado das CCBs com base nos referidos termos contratuais e os respectivos extratos de custódia obtidos para a data-base; e
- Avaliamos se as informações apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia atendem aos requisitos de divulgação.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os saldos dessas CCBs no tocante à sua mensuração e suas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Exercício anterior não auditado

Não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 25 de setembro de 2020 (início das atividades da Companhia) a 31 de dezembro de 2020, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles. Também, não executamos procedimentos de auditoria sobre a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 25 de setembro de 2020 (início das atividades da Companhia) a 31 de dezembro de 2020, apresentada como informação suplementar. Os valores correspondentes ao período de 25 de setembro de 2020 (início das atividades da Companhia) a 31 de dezembro de 2020, apresentados para o propósito de comparabilidade não foram auditadas.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de julho de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP



Mark Suda Yamashita  
Contador CRC SP-271754/O-9

# KOMPASS COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020 (Não auditado)	Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020 (Não auditado)
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	363	1	Contas a Pagar	8	363	-
Cédula de Crédito Bancário	5	367	-	Debêntures	6	367	-
Impostos à Recuperar		2	-	Partes Relacionadas	7	2	-
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>732</b>	<b>1</b>	<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>732</b>	<b>-</b>
Cédula de Crédito Bancário	5	7.528	-	Debênture	6	7.528	-
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>7.528</b>	<b>-</b>	<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>7.528</b>	<b>-</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	9.1	1	1
				Prejuízo acumulado		(1)	-
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>-</b>	<b>1</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>8.260</b>	<b>1</b>	<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>		<b>8.260</b>	<b>1</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# KOMPASS COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS

## Demonstrações dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 25 de setembro de 2020 (início das atividades da Companhia) a 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Acum. 31/12/2021	Acum. 31/12/2020 (Não auditado)
Receita líquida	5	895	-
Custo	6	<u>(895)</u>	<u>-</u>
<b>Lucro bruto</b>		-	-
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	10	(1)	-
<b>Resultado operacional líquido</b>		<b>(1)</b>	-
<b>Resultado antes das despesas e receitas financeiras</b>		<b>(1)</b>	-
<b>Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição social</b>		<b>(1)</b>	-
Imposto de renda e contribuição social		<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado líquido do exercício/período</b>		<b><u>(1)</u></b>	<b><u>-</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# KOMPASS COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 25 de setembro de 2020 (início das atividades da Companhia) a 31 de dezembro de 2020

*(Em milhares de Reais)*

	Acum. 31/12/2021	Acum. 31/12/2020 (Não auditado)
Resultado líquido do exercício/período	(1)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do período</b>	<b><u>(1)</u></b>	<b><u>-</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Kompass Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 25 de setembro de 2020 (início das atividades da Companhia) a 31 de dezembro de 2020

*(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos em 25 de setembro de 2020</b>		-		-
Aumento de Capital Social	9.1	1	-	1
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)</b>		<b>1</b>	-	<b>1</b>
Resultado do exercício		-	(1)	(1)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>1</b>	<b>(1)</b>	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Kompass Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 25 de setembro de 2020 (início das atividades da Companhia) a 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Acum. 31/12/2021	Acum. 31/12/2020 (Não auditado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado do exercício/período	(1)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Impostos a recuperar	(2)	-
(Redução) aumento nos passivos operacionais		
Contas a pagar	363	-
Partes Relacionadas	2	-
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>	<b>362</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades investimento</b>		
Aquisição Cédula de Crédito Bancário	(7.000)	-
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades investimento</b>	<b>(7.000)</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recursos provenientes da emissão de Debêntures	7.000	-
Aumento de Capital	-	1
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>7.000</b>	<b>1</b>
<b>(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>362</b>	<b>1</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	1	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/período	363	1
<b>(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>362</b>	<b>1</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## KOMPASS COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS

### Demonstrações do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 25 de setembro de 2020 (início das atividades da Companhia) a 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Acum. 31/12/2021	Acum. 31/12/2020 (Não auditado)
<b>Receitas</b>	<u>895</u>	<u>-</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<u>(896)</u>	<u>-</u>
Custo	(895)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1)	-
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>(1)</u>	<u>-</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<u>(1)</u>	<u>-</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	-	-
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<u>(1)</u>	<u>-</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Despesas financeiras	-	-
Resultado do exercício/período	(1)	-
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u>(1)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)*

### **1 Informações gerais**

A Kompass Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (“Companhia”), iniciou suas atividades operacionais em Setembro de 2020 conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e nº 5. A Companhia está enquadrada nos requerimentos da Resolução nº 2.686 do Conselho Monetário Nacional, tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.240, 6º andar.

A companhia tem por objeto social: (a) a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedade de arrendamento mercantil, companhias hipotecárias, associações de poupança e empréstimos e pela Caixa Econômica Federal; (b) a emissão, distribuição, recompra, revenda, resgate e colocação, privada ou pública junto ao mercado financeiro de capitais, no Brasil ou no exterior, de qualquer título e valor mobiliário relacionado aos créditos financeiros acima identificados, nos termos da legislação aplicável; (c) a gestão e administração dos créditos financeiros acima mencionados; (d) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos;

A Companhia é uma securitizadora constituída com o propósito de adquirir e securitizar créditos financeiros decorrentes da Cédula de Crédito Bancário entre a Kompass Energia S.A. e a QI Sociedade de Crédito Direto S.A., cujo vencimento está previsto em 21 de abril de 2032. Por meio do Contrato de Cessão Fiduciária, a Kompass Energias Ltda. cedeu, fiduciariamente, em garantia do fiel e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia a propriedade fiduciária, a titularidade resolúvel e posse indireta, da fração ideal de sua titularidade, dos direitos creditórios de sua titularidade decorrentes dos contratos de sociedade em conta de participação por ela celebrados e provenientes da negociação de usinas fotovoltaicas, formalizadas por meio de contratos de compra e venda, no âmbito de sua atividade comercial, cujos pagamentos serão recepcionados na conta corrente arrecadadora. Qualquer liquidação, dissolução ou extinção, pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial, cisão, fusão, incorporação (incluindo incorporação de ações) ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária da Companhia, implicaria em evento de avaliação sendo necessária a aprovação pelos debenturistas.

Em garantia do pagamento das despesas recorrentes foi constituído fundo de despesas. Caso a Companhia verifique, a qualquer tempo, que a totalidade dos recursos depositados no fundo de despesas seja inferior ao montante necessário para pagamento dos próximos 6 meses de despesas recorrentes, a Companhia poderá utilizar os recursos dos Direitos Cedidos Fiduciariamente para a respectiva recomposição. Na hipótese em que o saldo na Conta Arrecadadora não seja suficiente para recompor o fundo de despesas, obriga-se a Kompass Energias Ltda. a recompor o Fundo de despesas, mediante transferência direta para a Conta Centralizadora dos valores necessários à recomposição do fundo de Despesas. A Vortex DTVM atua como agente fiduciário da emissão.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia no Brasil.

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 21 de julho de 2022.

### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras, apresentadas em milhares de reais, foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 Uso de estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras.

#### ***Mensuração do valor justo***

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

### **3 Principais práticas contábeis adotadas**

#### **3.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando o valor de mercado.

#### **3.2 Ativos e passivos financeiros**

Os ativos financeiros não derivativos são classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros custo amortizado e (b) ativos financeiros contabilizados ao valor justo no resultado. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada no seu reconhecimento inicial.

E, passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: (a) passivos financeiros custo amortizado e (b) outros passivos financeiros.

##### **(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento***

A Companhia reconhece os recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se dá somente quando a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida. A Companhia poderá também realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### **(ii) *Ativos financeiros não derivativos - Mensuração***

###### *Ativos financeiros custo amortizado*

Um ativo financeiro é classificado como custo amortizado quando seu objetivo ou modelo de negócio seja receber o fluxo financeiro contratual do ativo ou que o contrato especifique o fluxo de recebimento do fluxo financeiro.

*Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado quando no reconhecimento inicial quando não enquadrado como custo amortizado ou como mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, designando investimento específico em instrumento patrimonial.

*Redução ao valor recuperável (“impairment”)*

Uma perda por redução no valor de recuperação deve ser mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado calculado após a mudança de estimativa, desde que a mudança seja relacionada a uma deterioração da estimativa anterior de perdas de créditos esperadas. O registro da perda deve ser feito através de uma conta de provisão, sendo sua contrapartida no resultado. Como critério na análise, é levada em consideração a inadimplência do ativo, oriundos da Cédula de Crédito Bancário, e a suficiência das garantias atreladas à operação.

**(iii) Passivo financeiros não derivativos – Mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

**3.3 Redução ao valor recuperável**

Ao estimar as perdas de crédito esperadas a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises qualitativas e quantitativas, e a experiência histórica da Companhia junto aos seus clientes, contribui para uma avaliação de crédito direcionada, e que também considera informações prospectivas dos devedores.

Nenhum dos recebíveis inclui um componente significativo de financiamento. Os recebíveis da Companhia decorrem basicamente da carteira de Cédulas de Crédito Bancário (“CCBs”) com lastro em contratos de sociedade em conta de participação celebrados pela Kompass Energias Ltda. (“Devedora”) em favor da QI Sociedade Crédito Direto S.A. A transferência da CCB à Companhia ocorreu por intermédio da celebração do “Termo de Promessa de Endosso”, em 20 de abril de 2021, sendo que transferência de titularidade da CCB para a Companhia foi operacionalizada no âmbito da B3.

O pagamento dos juros remuneratórios, da amortização e do resgate das debêntures (veja nota explicativa nº 6), condicionam-se ao efetivo recebimento das CCBs, observada a possibilidade de execução dos direitos cedidos fiduciariamente para suportar eventual inadimplência do fluxo de pagamentos dos créditos financeiros e os valores devidos pela Companhia aos debenturistas, nos termos do artigo 5º da Resolução CMN nº 2.686/00.

Desta forma, a Companhia realiza o monitoramento da capacidade de pagamento da Devedora, de forma a garantir que a remuneração pelos devedores seja suficiente para fazer frente a remuneração a pagar aos debenturistas.

A Companhia não possui histórico de inadimplência e são considerados inadimplentes pela Companhia apenas quando: (i) é pouco provável que a devedora pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia, por dificuldades financeiras relevantes; (ii) o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; e (iii) quebras de cláusulas ou condições contratuais.

Dado as características das CCBs e os seus dispositivos contratuais, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possui provisão para perdas esperadas constituídas.

**(i) Mensuração das perdas esperadas**

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

**(ii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial**

A provisão para perdas para esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, quando aplicável, é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

**(iii) Baixa**

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido e com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares não será recuperado. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

### **3.4 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### **3.5 Resultado básico por ação**

O cálculo básico do Resultado líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido / (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

### **3.6 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 “Demonstração do Valor Adicionado”.

### **3.7 Novas normas, alterações e interpretações**

- **Novos requerimentos atualmente em vigor**

<b>Data efetiva</b>	<b>Novas normas ou alterações</b>
1º de junho de 2020	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06)
1º de janeiro de 2021	Reforma da taxa de juros de referência Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC40, CPC 11 e CPC 06)

A Companhia avaliou e não identificou novas normas ou interpretações com aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2021.

- **Futuros requerimentos**

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021, o que se aplica a esta Empresa.

<b>Data efetiva</b>	<b>Novas normas ou alterações</b>
1º de janeiro de 2022	Imobilizado Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27) Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15) Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23)
1º de janeiro de 2023	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 2) Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2021.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>31.12.2021</b>	<b>31/12/2020</b> (Não auditado)
Aplicações Financeiras (a)	363	-
<b>Total</b>	<b>363</b>	<b>-</b>

- (a) Referem-se a aplicações financeiras em operações compromissadas bancárias e certificado de depósito bancário (CDB), com rentabilidade apuradas em média à 75% do CDI para compromissada e 99% do CDI para CDB, com liquidez imediata. Foram classificadas como valor justo por meio do resultado. Essas aplicações são destinadas ao pagamento de despesas da operação, conforme nota explicativa nº 5.

#### 5 Cédula de Crédito Bancário

##### *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

Em 26 de abril de 2021, a QI Sociedade de Crédito Direto S.A. (“QI Tech”) cedeu a Companhia o montante total de R\$ 60.000 (sessenta milhões), dos quais foram integralizados até 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$ 7.000 (sete milhões), sendo este valor corrigido à 100% da variação do IPCA mensal divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e juros remuneratórios pré-fixados correspondentes a 8% ao ano, base 360 dias corridos, e possui vencimento em abril de 2032. Os créditos financeiros cedidos contam com garantias de cessão fiduciária, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada e dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, os direitos creditórios de sua titularidade decorrentes dos contratos de sociedade em conta de participação por ela celebrados e provenientes da negociação das usinas fotovoltaicas, formalizadas por meio de contratos de compra e venda, no âmbito de sua atividade comercial, referidos no Anexo I do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, Fundo de Reserva e Fundo de despesa. A Cédula de Crédito Bancário é classificada como custo amortizado.

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b> (Não auditado)
Cédula de Crédito Bancário- Curto prazo	367	-
Cédula de Crédito Bancário- Longo prazo	7.528	-
<b>Total</b>	<b>7.895</b>	<b>-</b>

## Movimentação da Cédula de Crédito Bancário

	31/12/2021	31/12/2020 (Não auditado)
Valor da emissão	7.000	-
Atualização	895	-
<b>Total</b>	<b>7.895</b>	<b>-</b>

## 6 Debêntures

### *Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A emissão de debêntures possui o valor total de R\$ 60.000 (sessenta milhões), distribuídas em 6 séries, sendo o volume de cada uma delas R\$ 10.000 (dez milhões). Em 20 de abril de 2021 a Companhia firmou contrato para a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, com Garantia Real: Cessão Fiduciária da fração ideal de Direitos Creditórios de titularidade da Kompass Energias Ltda. decorrentes dos contratos de sociedade em conta de participação por ela celebrados e provenientes da negociação de usinas fotovoltaicas, formalizadas por meio de contratos de compra e venda, no âmbito de sua atividade comercial; Fundo de despesa e Reserva. O valor total 1ª emissão de debêntures é de R\$ 10.000 (dez milhões), porém até 31 de dezembro de 2021 R\$ 7.000 (sete milhões) foram integralizados. Os pagamentos de juros e principal ocorrerão mensalmente a partir de maio de 2022. A debênture possui vencimento previsto para 26 de abril de 2032. A Debênture é classificada como custo amortizado.

Juros remuneratório	Vencimento final	31/12/2021	31/12/2020 (Não auditado)
IPCA + 8% a.a.	Abril de 2032	Curto prazo 367	-
		Longo prazo 7.528	-
		<b>7.895</b>	<b>-</b>

## Movimentação das Debêntures

	31/12/2021	31/12/2020 (Não auditado)
Valor da emissão	7.000	-
Atualização	895	-
<b>Total</b>	<b>7.895</b>	<b>-</b>

## 7 Partes relacionadas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas informações trimestrais estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020 (Não auditado)
Passivo circulante (a)	2	-

- (a) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) realizado pela Opea Securizadora S.A., a ATA de capitalização de AFAC foi registrada na Jucesp em 15 de março de 2022.

## 8 Contas a pagar

	31/12/2021	31/12/2020 (Não auditado)
Fornecedores	7	-
Fundo de despesa e reserva	356	-
	<u>363</u>	<u>-</u>

## 9 Patrimônio líquido

### 9.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social é de R\$ 1 (hum mil reais), sendo R\$ 1 em 31 de dezembro de 2020 e está representado por 1.000 ações totalmente integralizadas.

### 9.2 Reserva de lucros

#### a. Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal que não pode exceder 20% do capital social.

#### b. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia, conforme proposta no orçamento previamente aprovado na Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2021, não há saldo de reserva de retenção de lucros.

## 10 Despesas por natureza, líquidas

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC, o detalhamento das principais despesas operacionais por natureza está apresentado a seguir:

	01/01/2021 à 31/12/2021	25/09/2020 à 31/12/2020 (Não auditado)
Despesas com taxas e contribuições	(1)	-
<b>Total</b>	<u>(1)</u>	<u>-</u>

  

	01/01/2021 à 31/12/2021	25/09/2020 à 31/12/2020 (Não auditado)
Classificadas como		
Despesas gerais e administrativas	(1)	-
<b>Total</b>	<u>(1)</u>	<u>-</u>

## 11 Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

	01/01/2021 à 31/12/2021	25/09/2020 à 31/12/2020 (Não auditado)
Prejuízo do período atribuível aos acionistas da Companhia	(1)	-
Quantidade	1.000	1.000
Prejuízo líquido básico por ação (centavos por ação)	(1,00)	-

## 12 Instrumentos financeiros

### Valor justo e categoria dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Natureza	Classificação	Hierarquia	31.12.2021		31.12.2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Nível 2	363	363	-	-
Cédula de Crédito Bancário	Ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	7.895	7.895	-	-
			<b>8.258</b>	<b>8.258</b>	-	-
<b>Passivo financeiros</b>						
Contas a Pagar	Passivos financeiros mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	363	363	-	-
Debêntures	Passivos financeiros mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	7.895	7.895	-	-
Partes relacionadas Passivas	Passivos financeiros mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	2	2	-	-
			<b>8.260</b>	<b>8.260</b>	-	-

### Técnicas de avaliação de valor justo e inputs significativos não observáveis

Os instrumentos financeiros da Companhia contabilizados em 31 de dezembro de 2021 possuem valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais que visam obter liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no monitoramento contínuo das taxas acordadas em relação àquelas vigentes no mercado e na confirmação de que seus investimentos financeiros de curto prazo estão sendo adequadamente marcados a mercado pelas instituições que administram os investimentos em que parte dos recursos da Companhia é aplicada. A Companhia não faz investimentos especulativos com derivativos nem nenhum outro ativo de risco. A determinação dos valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Companhia baseia-se em informações disponíveis no mercado e em metodologias de avaliação adequadas. No entanto, é necessário que a Administração empregue considerável julgamento para interpretar os dados de mercado e estimar os valores de realização mais adequados. Finalmente, as estimativas a seguir não indicam necessariamente que os valores sejam aqueles realizados no mercado atual.

### **Hierarquia do valor justo**

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- **Nível 1** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- **Nível 3** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

## **13 Gerenciamento de riscos**

A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre esses riscos destacam-se o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de mercado. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros.

### **a. Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das CCBs.

Conforme nota explicativa nº 3.3, o pagamento dos juros remuneratórios, da amortização e do resgate das debêntures (veja nota explicativa nº 6), condicionam-se ao efetivo recebimento das CCBs, observada a possibilidade de execução dos direitos cedidos fiduciariamente para suportar eventual inadimplência do fluxo de pagamentos dos créditos financeiros e os valores devidos pela Companhia aos debenturistas. Desta forma, a Companhia realiza o monitoramento da capacidade de pagamento da Devedora, de forma a garantir que a remuneração pelos devedores seja suficiente para fazer frente a remuneração a pagar aos debenturistas.

A administração da Companhia entende os dispositivos contratuais das CCBs bem como as garantias são fatores mitigadores desse risco. Logo, não constituiu provisão para perdas esperadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### **b. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de sua liquidez corrente em um montante igual ou superior às saídas de caixa contratadas para liquidação de passivos financeiros para os próximos 12 meses. O índice de liquidez corrente era de 1,00 em 31 de dezembro de 2021.

**c. Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, que podem afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**(i) Risco de taxa de juros**

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência de aumento ou redução nos saldos dos instrumentos financeiros.

***Análise de sensibilidade***

***Premissas***

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme descritos a seguir:

- **Cenário base:** baseado nos níveis de taxas de juros e preços observados na data base no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas de valores, assim como perspectivas do cenário macroeconômico;
- **Cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base;
- **Cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base.

***Análise da administração***

A Companhia entende que está exposta à variação do CDI, que é base para remuneração de suas aplicações. A Companhia entende ainda que, apesar de possuir ativos indexados ao CDI, necessita de apenas um cenário de risco, desde que esse seja o mais conservador para o resultado líquido dos instrumentos.

A seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade. Os percentuais de CDI e IPCA utilizados na sensibilidade foram obtidos através do relatório de projeções do Banco Itaú emitido em fevereiro de 2022 e representam a expectativa para os próximos 12 meses.

<b>Premissas</b>	<b>Cenário base</b>	<b>Cenário adverso</b>	<b>Cenário remoto</b>
<b>Diminuição da taxa do CDI/IPCA</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	12,38%	9,29%	6,19%
Cédula de Crédito Bancário	5,52%	4,14%	2,76%
<b>Diminuição da taxa do IPCA</b>			
Debêntures	5,52%	4,14%	2,76%

<b>Fator de risco</b>	<b>Risco</b>	<b>Instrumento</b>	<b>Cenário base</b>	<b>Cenário adverso</b>	<b>Cenário remoto</b>
Taxa de juros - CDI	Diminuição da taxa do CDI	Caixa e equivalentes de caixa	45	34	22
Taxa de juros - IPCA	Diminuição da taxa do IPCA	Cédula de Crédito Bancário	436	327	218
Taxa de juros - IPCA	Diminuição da taxa do IPCA	Debênture	436	327	218

## 14 Outros assuntos

Com relação à pandemia Covid-19, a Companhia tem observado atentamente o impacto no mercado de securitização brasileiro e respectivos créditos a ele vinculados, e segue monitorando os riscos e incertezas advindos deste evento. Do ponto de vista de caixa, a Companhia encontra-se em um cenário de liquidez favorável, porém observa a evolução dos fatos, bem como aguarda medidas governamentais, de ordem de saúde pública bem como econômicas e tributárias, que possam garantir a serenidade, retomada e prosperidade econômica e social do país. A Companhia se resguarda o direito de revisar suas ações e projeções, fruto de alterações futuras que possam advir do tema em tela, e tem adotado políticas corporativas globais e recomendações do seu acionista controlador.

## 15 Evento Subsequente

A partir de 26 maio de 2022 será iniciado o pagamento do principal e juros das debêntures. Houve também a capitalização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 2 (dois mil e sessenta reais e trinta nove centavos), sendo assim o capital social passou de R\$ 1 para R\$ 3.

\* \* \*

Fábio Roberto Benvindo  
CRC 1SP255684/O-3

## **DECLARAÇÃO**

Eu, FLÁVIA PALÁCIOS MENDONÇA BAILUNE, brasileira, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 013.187.264-0, (DETRAN/RJ), inscrita no CPF/MF sob o nº 052.718.227-37, na qualidade de diretora da Kompass Companhia Securitizadora de Créditos Financeiro, sociedade Anônima inscrita no CNPJ 39.382.913/0001-55, com sede na Rua Hungria nº 1.240, 6º andar, conjunto 62, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01455-000 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

- (i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, KPMG Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; e
- (ii) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 21 de julho de 2022

---

FLAVIA PALACIOS MENDONÇA BAILUNE

## **DECLARAÇÃO**

Eu, EDUARDO TRAJBER WAISBICH, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.599.267-X (SSP/SP) e inscrito no CPF/ME sob o nº 354.775.038-58, na qualidade de diretor da Kompass Companhia Securitizadora de Créditos Financeiro, sociedade Anônima inscrita no CNPJ 39.382.913/0001-55, com sede na Rua Hungria nº 1.240, 6º andar, conjunto 62, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01455-000 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

- (i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, KPMG Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; e
- (ii) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 21 de julho de 2022

---

EDUARDO TRAJBER WAISBICH